

LIBERDADE NA ESCRAVIDÃO: UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO CONCEITO DE LIBERDADE CIRCULANTE EM CARTAS DE ALFORRIA NO CONTEXTO DO BRASIL ESCRAVISTA DO SÉCULO XIX

Jorge Viana Santos (UESB/FAPESB¹)

INTRODUÇÃO

No início da sua história, durante quase quatro séculos, o Brasil organizou-se como uma sociedade escravocrata, na qual se destacavam, num convívio conflituoso, quatro grupos hierarquicamente organizados: de um lado, havia os brancos, pessoas livres, economicamente dominantes; no outro extremo, achavam-se os escravos, sem personalidade jurídica, iguais às “coisas”, e qualificados conforme a cor (pretos, pardos), a etnia (malês, congos...) ou ainda segundo a origem (africanos, os traficados; crioulos, os nascidos no Brasil). Numa posição intermediária, estavam os libertos que formavam dois subgrupos: libertos ou forros sob condição, espécie de “quase-escravos”; e libertos sem condição, os “quase-livres”. Numa sociedade, um grupo econômico quando ideologicamente dominante, não o é por acaso. Cabe-lhe o ônus de fazer as outras classes se não aceitar, pelo menos tolerar como “superior”, por exemplo, o sistema econômico que melhor convenha à elite. Deste modo, a elite brasileira, optando convenientemente pelo sistema escravocrata, cuidou desde cedo de criar mecanismos que pudessem não só justificá-lo, mas também fortalecê-lo. Destes mecanismos, talvez nenhum tenha sido tão eficaz quanto a *alforria* na busca de se atingir um tão estranho quanto ideologicamente necessário convívio *pacífico* entre liberdade (branca) e escravidão (negra). Com o fim do regime, em 1888, infelizmente, muitos documentos sobre a escravidão, incluindo a alforria, desapareceram propositalmente ou por falta de conservação. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, diversos historiadores, apontando para a massa de documentos ainda existente em alguns cartórios do interior do Brasil, constataram que, a rigor, a história da escravidão encontra-se, ainda, à espera do pesquisador. Cientes disso, localizamos em Vitória da Conquista-BA em meio a outras fontes primárias cartoriais manuscritas, um conjunto de *cartas de alforria*, também chamadas cartas de liberdade, documentos que se singularizam, dentre outros aspectos, por pertencerem, em princípio, ao Direito Costumeiro sem, no entanto, deixarem de manter certo vínculo com o Direito Positivo, beneficiando-se em alguma medida de características de ambos. Ao lado disso, o mais importante: registram uma noção de liberdade que ao invés de ser semelhante à liberdade plena dos senhores, era, ao que tudo indica, específica dos escravos alforriados. Do ponto de vista histórico e antropológico muitos trabalhos e teses se desenvolveram nas últimas décadas, considerando a alforria a partir de fontes primárias manuscritas cartoriais, a exemplo de Mattoso (1982), para ficar no principal. Não obstante, apenas muito recentemente, ao lado de tais abordagens surgiu algum interesse em se estudar a escravidão sob a ótica da Linguística: Zattar (2000) é um dos exemplos pioneiros. Em busca de suprir tal lacuna, e tendo acesso a um *corpus* de 120 cartas de alforria manuscritas originais datadas de 1841 a 1888, desenvolvemos na UESB um projeto de pesquisa, do qual deriva o presente trabalho, cujo objetivo principal consiste em analisar do ponto de vista da Semântica, o conceito de liberdade materializado nos textos das cartas de alforria circulantes no contexto do Brasil escravocrata do século XIX.

Na pesquisa, partindo do pressuposto de que, "(...) a alforria se manifesta, se impõe, em função da existência da escravidão, ou seja, uma não existe sem a outra, embora configurem duas instituições diametralmente opostas (...)" (ZATTAR, 2000, p. 25), formulamos a hipótese de que, dado o tipo de relação entre senhores e escravos num regime escravista como o brasileiro, a liberdade concedida

¹ Doutor em Linguística pela UNICAMP; professor do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da UESB. Retomo aqui, com alterações, exemplos discutidos em Santos (2008). Este trabalho reflete resultados parciais da pesquisa *Sentido e argumentação em cartas de alforria*, que desenvolvo na UESB com apoio da FAPESB, no tocante a bolsa de iniciação científica.

pelos senhores aos seus escravos através do instrumento carta de alforria não era uma liberdade completa, mas a rigor, uma liberdade específica do negro escravo: aquela que, funcionando como mecanismo de controle social, paradoxalmente, libertava e mantinha o beneficiário cativo, dependente.

Para atingir o objetivo e comprovar tal hipótese, mobilizamos pressupostos teórico-metodológicos da Semântica Argumentativa, especificamente na forma atual da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), tal como desenvolvida por Carel (1992), Ducrot (2005a, 2005b) e Carel e Ducrot (2005). Metodologicamente, consideraremos nas cartas de alforria enunciados que materializem a palavra *liberdade* (bem como *livre*, *liberto*, *forro*), nos quais se evidenciem aspectos argumentativos do tipo *Negro PT Escravo*, *Negro PT Neg Livre*, ou ainda *Negro NE Livre* – todos em contraste com *Branco PT Livre*.

Por ora, limitar-nos-emos a uma breve apresentação da carta de liberdade, seguida de análise de um exemplo em que o conceito de liberdade se correlaciona com o elemento raça.

1 AS CARTAS E OS DIREITOS

Definida tecnicamente como “título que comprovava a libertação, a alforria do escravo” (SCISÍNIO, 1997, p. 89), as cartas de liberdade tinham como finalidade precípua libertar o escravo para, paradoxalmente, ao mesmo tempo, mantê-lo dependente de seu ex-senhor. Contribuíam assim para a manutenção e reforço do sistema escravocrata, na medida em que criavam o *paradoxo do liberto*, fundamentado num conceito *sui generis* de “semiliberdade” ou “semi-escravidão”.

Esses documentos, no momento em que eram registrados por escrito em cartórios públicos, beneficiavam-se do *status* de texto jurídico, visto converterem a *alforria* – costume da sociedade escravocrata – em norma escrita particular dotada de reconhecimento público estatal. Fundamentavam-se, pois, na força do Direito Costumeiro.

Deste modo, a concessão de cartas de liberdade segue como norma costumeira, quase única, para a prática da alforria, desde os primórdios da escravidão no País² até 1871, ano em que a alforria passa a ser explicitamente legislada pelo Direito Positivo (ou Formal) no Brasil escravocrata.

Com o advento da Lei do Ventre Livre, de 28 de Setembro de 1871, haverá uma mudança nesse cenário: se por um lado a alforria por carta, normalmente concedida por “livre e espontânea vontade” dos senhores, continuará ocorrendo baseada no costume, por outro lado, alforrias podiam agora também ser tanto regulamentadas quanto obtidas com base em lei: lei escrita, formal, do Direito Positivo. A partir de então, a alforria passa a ter duas fontes: o Direito Costumeiro e o Direito Formal.

A rigor, em face da chamada legislação abolicionista/emancipacionista, no período escravista, o Direito Positivo criou um *liberto de direito*, mas não um *livre de fato*. Caracterizado por ser universal, atemporal, existindo formalmente na lei escrita, na circularidade fechada de um arquivo jurídico controlado institucionalmente, esse *liberto de direito* tinha como horizonte a abolição, ainda que gradual. Isto denota que, ao que tudo indica, no Direito Positivo do Brasil escravocrata, sobretudo com o acontecimento representado pela Lei de 1871 (que reinterpreta a série anterior e posterior), havia dois conceitos de liberdade/livre³: um para o senhor, outro para o escravo/liberto.

Um primeiro seria o conceito de liberdade como valor dito universal, *porém relativizado* como sendo válido *apenas* para membros de uma dada raça e classe: no Brasil do século XIX, os senhores, a elite econômica branca. Por ser dita “natural”, tal liberdade prescinde de complementação; gramatical e semanticamente a palavra e seus derivados são, portanto, intransitivas³: a pessoa (senhor branco) tem (nasce com) essa *liberdade intransitiva, sem complemento* (doravante *Liberdade SC*); é, portanto, *livre sem complemento* (doravante *livre SC*).

Em segundo, encontra-se o conceito de *liberdade com complemento, transitiva* (doravante *liberdade CC*), a qual, resultando de um processo, livra a pessoa de algo; é, pois uma *liberdade de*

² Embora a época exata em que foram introduzidos escravos negros no Brasil seja, como afirma Malheiro (1867, p. 25-26), “[...] um ponto histórico ainda incerto”, esse mesmo autor declara que D. João III, através de Alvará de 29 de março de 1549, facultou a introdução no Brasil de escravos Africanos da Guiné e ilha de São Tomé em número de 120 para cada senhor de engenho.

³ Discutimos os conceitos de transitivo/intransitivo com detalhes em Santos (2008).

algo, aplicável apenas ao escravo: este ganha⁴ (por alforria costumeira ou positiva) a *liberdade de algo* e conseqüentemente, torna-se *livre de* (algo). Livre de que? Livre do *trabalho cativo* e suas decorrências previstas no regime escravista. Donde o liberto – escravo que sofreu o processo de “ganhar a liberdade” – ser, de fato e de direito, uma pessoa *livre de* e não *livre*. Ou seja: ele é *livre CC*, mas não é *livre SC*.

2 A LIBERDADE TRANSITIVA MATERIALIZADA NAS CARTAS: A RAÇA NO NOME COMO ELEMENTO ESTIGMATIZANTE

A *liberdade transitiva* como postulamos é formal. Na língua, no regime escravista, ela se realiza de maneiras várias através do fenômeno denominado por Carel e Ducrot (2005) da *fabricação discursiva do sentido*, sobretudo como expediente que, no sistema, contribui para transformar (ou melhor “disfarçar”), discursivamente, antonímia em homonímia. Isto porque, como demonstra Santos (2008), no discurso (no sentido ducrotiano do termo) a antonímia *livre SC* X *livre CC* apresenta-se *como se fosse* uma homonímia.

Deste modo, sendo as cartas de liberdade documentos costumeiros, particulares, adequavam-se eficazmente a cada “caso” a que se reportavam. Nelas, por isso, encontram-se enunciados que materializam tal liberdade transitiva em contraste com a intransitiva.

Um dos espaços em que se materializam conjuntamente tais conceitos de liberdade diz respeito à raça e à forma de denominação do escravo.

No século XIX, o racismo, enquanto ideário que atribui inferioridade cultural e biológica a uma raça (cf. SCISÍNIO, 1997, p. 287), era, com relação aos negros, não só comum quanto abertamente reconhecido como legítimo por sociedades como a brasileira. Em decorrência, os escravos no Brasil, depois da frustrada tentativa de escravidão indígena, eram da raça negra, de diversas etnias e vindos da África. Dado o número de escravos negros importados (durante o tráfico “proibido”), e a natural (e incentivada) taxa de natalidade, formou-se uma população negra superior em número à branca. Se na fazenda, na rua, no dia-a-dia, branco e negro, Senhor, escravo e liberto, não se confundiam, como fazer para diferenciá-los inequivocamente do ponto de vista lingüístico ou, noutros termos, como perpetuar na língua tal diferença e – com ela – a diferença da liberdade do negro em contraste com a do branco?

Uma das soluções encontradas pela sociedade branca livre foi utilizar uma forma de denominação para o escravo e para o liberto que lhes fosse específica, exclusiva. E que em qualquer época, presente ou futura, diferenciasse-os de um branco, Senhor, e sua respectiva liberdade.

Isto ocorreu, como se pode ver na carta 2:

Exemplo 1 (a)

Carta de liberdade de **João Criôlo**, conferida por seu Senhor José Mendes de Sousa, como abaixo se declara

Digo eu abaixo assinado que sou o proprio Senhor e possuidor de hum **escravo de nome João Criôlo**, filho de minha escrava Caetana que hoje se acha liberta, cujo escravo de hoje em diante fica gozando plena, e inteira liberdade que de hoje em diante lhe transfiro tanto em razão de ser minha cria, como pelos relevantes serviços que me tem prestado; e por isso poderá gozar de inteira liberdade, sem restrição alguma, como se nassese de ventre livre, pois que me obrigo a sustentar esta carta de liberdade por mim e meus herdeiros ascendentes, e decendentes, por nossas pessoas, e bens, e para título mandei passar esta perante as testemunhas abaixo assignadas em que de proprio punho me firmei. São Felipe oito de agosto de mil oitocentos e quarenta e dous // **José Mendes de Sousa** // Como testemunha que este escrivi Antonio Joaquim dos Anjos // Fernando José Mendes // Manoel d'Oliveira Freitas //

⁴ Do ponto de vista legal, a alforria era considerada uma doação, ainda que onerosa, pois dependia da livre e espontânea vontade do senhor: ele transmitia (dava/doava) ao escravo a liberdade que ele (senhor) possuía, ao abrir mão do direito de poder e domínio que tinha sobre o escravo.

Reconheço propria a letra e firma do Emanuense Antonio Joaquim dos Anjos na carta retro. Imperial Villa da Victoria primeiro de Setembro de mil oito centos quarenta e dous [...] (Carta 2: livro 2, folhas 8v-9f, 08/08/1842 – AFVC⁵, grifo nosso).

Observa-se em primeiro lugar nesta carta a expressão “**João Criôlo**”, em que a entidade **Criôlo**⁶, não representa um apelido, mas indica sim a raça, etnia/nacionalidade do escravo: brasileiro descendente de africano. Esse era um expediente comum na época e que se documenta em várias cartas do *corpus*, nas quais o primeiro nome do escravo e/ou liberto, via de regra, apresenta-se seguido de um adjetivo que determina direta ou indiretamente a raça. Verifica-se que não se tratava de um registro aleatório: sistematicamente, o locutor-Senhor de escravo, ao designar no próprio nome, ou melhor, como nome próprio do escravo a sua raça, tal fato cumpria, no mínimo dois importantes papéis.

Em primeiro lugar, dando ao nome do escravo/liberto a estrutura “prenome convencional + sobrenome indicativo de raça”, como no exemplo **João Criôlo**, o locutor da carta (na posição sujeito Senhor), automaticamente o diferencia do seu, abaixo assinado **José Mendes de Sousa**, um nome com outra estrutura “prenome convencional + nome de família”. A diferença é não só de forma, quanto é estratégica e, semanticamente, argumentativa.

De um lado, a entidade **Criôlo**⁷, admite em sua AI, sem dúvida, um aspecto como **Africanidade PT Negro**, que se associando com **Negro PT Neg-Liberdade_{sc}** (aspecto que integra, a significação de escravo), remete a **Africanidade PT escravo**. Opera aqui, como se vê, uma complexa significação para **criôlo** (e, por extensão, para os demais “sobrenomes raciais” dos escravos e libertos) que se fundamenta na historicamente bem documentada lógica racista brasileira (herdada dos colonizadores), a qual defendia o paralogismo (então tomado por silogismo): *Todo africano é negro; fulano é africano; logo fulano é negro*. Paralogismo esse que se completava ao implicar: *se é negro, então é escravo*, cujo aspecto é do tipo **Negro PT Escravo** (por sua vez, integrante da AE à direita, de *negro*, bem como da AE à esquerda de *escravo*). Se é assim, em termos da TBS, uma AI como essa de **Criôlo** (a rigor, atingindo o nome completo *João Criôlo*), ao se fundamentar precipuamente num aspecto como **Africanidade PT Escravo**, será contextual: é criada no discurso, pelo discurso, como explica Ducrot (2005b, p. 64).

Diferentemente, o nome do Senhor, ao apresentar um sobrenome indicativo de família – e não de raça – imediatamente remete aos conceitos branco, livre, senhor. Isto porque, semanticamente, sua AI comportará aspectos como **Neg-Negro PT Liberdade_{sc}**, **Branco PT Liberdade_{sc}**, que se complementa com **Branco PT Senhor** (ou mais exatamente **Senhor PT Branco**) – tudo isso porque o nome não é um nome de escravo, não é um nome *marcado pela raça em si mesmo*, através de um “sobrenome racial”. Isto explica por que não se registra na carta 2 (e demais exemplos do *corpus*) enunciados como “Eu José Mendes de Sousa, branco...”. Ora, se é “Mendes”, se é “Sousa”, *então é branco*, senhor, *livre (sc)*. Evitava-se dizer o desnecessário⁸.

Assim, um *escravo* com nome **João Criôlo** pode, no máximo, almejar ser o *liberto* João Criôlo. Ou se preferirmos o ex-escravo ou (escravo) liberto (com elipse de escravo). Isto ele conseguiu, a carta lhe deu: a *liberdade de liberto*, transitiva, portanto, liberdade CC, que os *senhores com nomes de família* – aliás sempre expressos no início e assinados no final da carta – concediam e que era, claro, diferente da sua própria liberdade. Um (João) **Criôlo** numa sociedade escravista só se diferenciava de um outro *João* escravo pela sua carta, que lhe dava o *status* de liberto, e com ele o direito a uma liberdade transitiva, nesse caso de liberto não condicionado explicitamente. No mais, ele continuava carregando na pele e no nome o estigma de ser **Negro PT Escravo**, e o seu nome

⁵ AFVC, sigla de Arquivo do Fórum de Vitória da Conquista-BA

⁶ Corruptela de *crioulo*, na ortografia atual; nas cartas aparecem as variantes *criolo*, *criôlo*, *crioulo*.

⁷ A rigor, como informa Ferrari (2008, p. 220-221), *crioulo* e *africano*, por exemplo, são em princípio antônimos. Não obstante, lembremos que aqui ao usarmos *africanidade* o fazemos para remeter não exatamente ao local de nascimento (África), mas ao fato de que, no Brasil em certa medida a escravidão foi antes de tudo vista (pelos senhores) como *escravidão africana*, ou melhor, *escravidão de negros africanos*: primeiro trazidos da África (africanos propriamente ditos); depois nascidos aqui mesmo (crioulos).

⁸ Como afirma Guimarães (2002, p. 41), “as pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio lhes constitui em certa medida”.

cumpriria a importante função – do ponto de vista da elite, bem entendido – de impedir que ele – e o restante da sociedade – se esquecessem desse “detalhe”⁹. E a escrita reforçava essa função.

Em segundo lugar, destaca-se que ao lado dessa, por assim dizer, função estigmatizadora, o fato é que o nome do escravo ou liberto, em contraste com o nome do senhor, desempenha um papel que fica compreensível se recorrermos ao conceito de *predicação centrada*, conforme postulado por Carel (2005). O fato a observar é o que se vê por exemplo no enunciado:

Exemplo 1(b)

Digo eu abaixo assinado [João Mendes de Souza] que sou o proprio Senhor e possuidor de hum escravo de nome João Criolo [...] cujo escravo de hoje em diante fica gozando **plena, e inteira liberdade que de hoje em diante lhe transfiro** [...] (Carta 2: livro 2, folhas 8v-9f, 08/08/1842 – AFVC, grifo nosso).

Por um lado, ressalta o uso de um verbo *dicendi* (*Digo*) seguido – sempre nessa ordem – do pronome pessoal (*eu* ou *nós*). Há formularmente no início das cartas um locutor que, se assimilando ao *eu*, não só tem o dizer, mas literalmente afirma tê-lo. E sendo o sujeito único do “dizer”, esse “Eu abaixo assinado”, por ter como equivalente o nome, “João Mendes de Souza”, um nome de branco, remete ao caso que Carel (2005, p. 130) denomina *predicação centrada no grupo sujeito*. Isto significa que, aqui, o bloco semântico da predicação completa é provido pelo grupo sujeito (que, no exemplo, implica **Neg-Negro PT Liberdade_{sc}, Branco PT Liberdade_{sc}, Branco PT Senhor**). Ora, se considerarmos também aqui os conceitos de *aspectos expressado* e *evocado*, a consequência semântica desse fato, conforme a semanticista, é de suma importância: o sujeito gramatical funciona como uma espécie de “selecionador”, ou limitador dos aspectos que podem ser evocados dentro dos expressados (cf. CAREL, 2005, p. 134).

Consequentemente, no exemplo acima, é o nome do senhor que, enquanto sujeito, evoca nos encadeamentos em que ele aparece (e só nesses) o seu aspecto expressado; e ao fazê-lo, por exemplo, sendo o *eu*¹⁰ sujeito gramatical de “lhe transfiro”, isto significa que, embora *plena* e *inteira*, a liberdade, sendo qualificada por uma oração adjetiva “que [Eu] lhe transfiro” (ou seja, “que José Mendes transfere a João Criolo”), não pode ser outra senão a do senhor, enquanto fala, e a do escravo, quando a recebe. Enquanto o senhor fala, **seria** uma liberdade de Senhor (respaldada pelo **Branco PT Senhor**, indicado pelo nome de família), porém quando o outro sujeito (na carta um objeto gramatical) a receber, ela estará transferida, ou seja, pertencerá a um sujeito negro que também se enuncia, não na carta, “Eu sou liberto com a liberdade que recebi”. Porém, esse sujeito só pode evocar o que seu nome permitir: e seu nome só autoriza *Negro PT Escravo*, ou graças à transferência, uma mudança para **Negro NE Liberdade**.

Mas *que tipo de liberdade?* Liberdade *transferida*, logo não se trata de um *livre* com *liberdade*. Então melhor será dizer que o aspecto que compõe enfim a significação de um escravo liberto que tem nome de escravo será **Negro PT Liberdade_{cc}**.

Considerações finais

Pelo exposto, pode-se dizer que, pela raça, e pelo nome, ao escravo liberto ficava contextualmente vetado, impossível, o aspecto **Negro PT Liberdade_{sc}**: *Negro* ele não pode deixar de ser, até o nome o marca; *livre_{sc}*, é o senhor. Solução conveniente encontrada no Brasil escravista do século XIX, como vimos, plasmada nas cartas de alforria: criou-se o *liberto* (ou *forro*), um negro *livre* (*cc*), com a sua – apenas sua – *liberdade transitiva*.

⁹ O nome próprio de pessoa, do ponto de vista da Semântica do Acontecimento (cf. GUIMARÃES, 2002, p. 36), cria uma identificação social que acompanha a pessoa ao longo da vida, ao longo de sua história. O sobrenome *racial*, assim como o *de família*, cumpriam o papel de inserir o indivíduo na sociedade, tomando-o como sujeito, com tudo o que advém desse fato. Ainda mais num regime escravista.

¹⁰ E seu correferente, assimilado a um senhor.

REFERÊNCIAS

- CAREL, M. **Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue**. 1992. Thèse (Doctorat) – L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris, 1992.
- CAREL, M. La predicación centrada. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005. p. 127-147.
- CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- DUCROT, O. Los bloques semánticos y el quadro argumentativo. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005a. p. 27-50.
- DUCROT, O. Argumentación interna y argumentación externa. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005b. p. 51-89.
- FERRARI, A. J. **Nomes próprios: um estudo da descrição e do nome próprio a partir da análise de descrições presentes em anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais de Campinas entre 1870 e 1876**. 2008. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- MALHEIRO, P. **A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social - v. 2**. Petrópolis: Vozes, 1976. Edição original: 1867.
- MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SANTOS, Jorge Viana. **Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria**. 2008. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2008.
- SCISÍNIO, A. E. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997.
- ZATTAR, N. B. S. **Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da alforria**. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 2000.